



# Sindicato dos Funcionários Judiciais

## INFORMAÇÃO SINDICAL – 03 de abril de 2024

### I. Tomada de Posse do novo Governo

No dia de ontem, 02.04.2024, tomou posse o XXIV Governo Constitucional, liderado pelo novo Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, tendo como Ministra da Justiça a Dra. Rita Júdice.

O Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) tudo fará, de forma construtiva e responsável, para que o novo Governo, na sequência dos compromissos assumidos antes das eleições pelos partidos que o compõem, resolva, finalmente, muitos dos problemas que afetam os Oficiais de Justiça e demais Funcionários de Justiça, os quais têm sido desprezados e maltratados pela administração nos últimos anos, e que são, reconhecidamente, imprescindíveis para o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público, funcionamento este que se tem vindo a degradar ano após ano.

É necessário, por isso, que se alcance uma pacificação do nosso setor, a qual só poderá ocorrer com a concretização imediata de algumas medidas, as quais são por todos consideradas como justas e razoáveis.

É também de extrema importância a urgente (re)valorização da carreira, de forma que a mesma se torne atrativa e garanta o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público, que são pilar do Estado de Direito democrático.

Com esse desiderato, e na sequência da tomada de posse do novo Governo, ocorrida no dia de ontem, **o SFJ acaba de pedir a realização de uma reunião urgente à Sra. Ministra da Justiça, Dra. Rita Júdice.**

### II. Assembleia da República - Reuniões com os novos Grupos Parlamentares

O SFJ, na sequência da tomada de posse da Assembleia da República, **aguarda a realização, no mais breve espaço de tempo possível, das reuniões por si solicitadas a todos os Grupos Parlamentares e partidos com assento parlamentar.**

Como resultado da realização destas reuniões do SFJ com os vários Grupos Parlamentares e partidos com assento parlamentar, esperamos que emane a apresentação de Projetos de Lei, a par de outras iniciativas legislativas e parlamentares, que tragam justiça para a nossa classe profissional, justiça para quem nela trabalha.

### III. Iniciativas legislativas apresentadas pelo Bloco de Esquerda

O Bloco de Esquerda (BE) comunicou ao SFJ que, na sequência das reuniões e dos contactos realizados com este sindicato nos últimos meses, apresentou já na Assembleia da República, após o início da presente Legislatura, o **Projeto de Lei N.º 12/XVI/1.ª (ver aqui) com vista à Integração do Suplemento de Recuperação Processual** no vencimento dos Oficiais de Justiça por 14 meses, com retroativos a 1 de janeiro de 2021.

O BE comunicou ainda ao SFJ que, dando seguimento a todos os problemas que a nossa carreira vive e que afetam o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público, apresentou também o **Projeto de Resolução N.º 11/XVI/1ª (ver aqui)**, propondo que a Assembleia da República recomende ao Governo:



# Sindicato dos Funcionários Judiciais

1. A abertura de procedimento para acesso a todas as categorias cujos lugares se encontrem vagos, designadamente, Escrivão Adjunto, Técnico de Justiça Adjunto, Escrivão de Direito, Técnico de Justiça Principal e Secretário de Justiça.
2. A inclusão dos funcionários num regime especial de aposentação e de acesso ao regime de pré-aposentação.
3. A revisão do estatuto profissional que valorize e dignifique a carreira, tornando-a mais atrativa.

De salientar que este projeto de resolução, para além de na sua exposição de motivos dar relevo ao que transmitimos ao BE nas reuniões connosco realizadas, sustenta-se ainda no estudo encomendado pelo SFJ, denominado “*Relatório Final do Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Funcionários Judiciais*” - estudo científico coordenado pelo Observatório para as Condições de Vida e de Trabalho, realizado por um conjunto de investigadores da Universidade Nova de Lisboa e de outras universidades, o qual foi já apresentado e publicitado ([ver aqui](#)) e retrata as graves condições de trabalho da nossa classe profissional.

## **IV. União Europeia dos Oficiais de Justiça - EUR (European Union of Rechtspfleger)**

**A União Europeia dos Oficiais de Justiça (EUR), da qual o SFJ faz parte e detém a vice-presidência, continua a desenvolver um papel ativo na defesa da nossa carreira a nível europeu, mantendo reuniões regulares com várias instituições europeias (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da Europa, CEPEJ, etc.).**

Em simultâneo, e também com o contributo do SFJ, a EUR tem apresentado, nas mais diversas instâncias, diversos documentos atinentes à valorização dos Oficiais de Justiça europeus e suas carreiras.

À semelhança do que acontece nos mais variados setores da sociedade, a utilização da Inteligência Artificial (IA) nos tribunais e serviços do Ministério Público está na ordem do dia. Para estudar o impacto da IA na nossa carreira, a EUR criou um grupo de trabalho com colegas de vários países, grupo esse que conta com a presença do SFJ, e cujos trabalhos decorrem. As conclusões deste grupo de trabalho servirão de ferramenta para que a EUR e seus membros possam acautelar os interesses da nossa carreira, com a devida razoabilidade e sustentabilidade, tanto junto das instâncias europeias como junto das instâncias nacionais.

## **V. Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP) - Agradecimento**

**O SFJ agradece publicamente a mensagem enviada ao presidente do SFJ da ASJP pelo seu presidente cessante, reconhecendo, agradecendo e louvando, também, toda a sua colaboração e apoio manifestado por inúmeras vezes aos oficiais de justiça. ([ver aqui o ofício enviado pela ASJP ao presidente do SFJ](#))**

O SFJ deseja os maiores sucessos, pessoais e profissionais, ao presidente cessante da ASJP, o Sr. Juiz Desembargador Manuel Ramos Soares.

O SFJ continua, como sempre, disponível para trabalhar em conjunto com os juízes portugueses em prol da resolução dos problemas existentes, e da dignificação e regular funcionamento dos tribunais portugueses.

O Secretariado Nacional do SFJ